

Tháise Monteiro Sarmiento

**Descrição Arquivística entre Normas e Práticas:
Contraponto entre a Teoria e a Realidade em um Arquivo Eclesiástico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial par obtenção do grau de Bacharelado em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. **Marlise Giovanaz**

Co-Orientadora: Prof^ª. **Valéria Raquel Bertotti**

Porto Alegre

2009

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

S246d Sarmiento, Thaíse Monteiro.

Descrição arquivística entre normas e práticas:
contraponto entre a teoria e a realidade em um arquivo eclesiástico
/ Thaíse Monteiro Sarmiento ; orientadora Marlise Giovanaz ; co-
orientadora Valéria Raquel Bertotti. – Porto Alegre, 2009.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)
- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

1. Arquivologia – Descrição arquivística 2. Arquivos
eclesiásticos. I. Giovanaz, Marlise II. Bertotti, Valéria Raquel III.
Título.

CDU 930.25

Catalogação elaborada por Liziane Ungaretti Minuzzo, CRB 10/1643.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705
Campus Saúde
Bairro Santana
Porto Alegre, RS, Brasil
CEP: 90035-007
Telefone: (51) 3308-5067

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Curso de Graduação em Arquivologia

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **Descrição Arquivística entre Normas e Práticas: Contraponto entre a Teoria e a Realidade em um Arquivo Eclesiástico**, elaborado por Thaíse Monteiro Sarmento, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Banca Examinadora:

Prof^a. Marlise Giovanaz

Prof^a. Flávia Helena Conrado

Prof^a. Marilete Osório Nicoli

Porto Alegre, 03 de Dezembro de 2009.

DAS UTOPIAS

*"Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!"*

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

A pessoas especiais que fizeram parte desta jornada:

Meus pais e irmãos pelo estímulo, desde sempre, ao estudo e à perseverança.

Ao meu marido, companheiro de cada dia, por sua infinita paciência e apoio aos meus objetivos.

Às professoras: Maria Lúcia R. Souto e Valéria Raquel Bertotti por me estimularem, apoiarem e acreditarem que eu podia vencer este desafio, oferecendo suas idéias e ombro amigo.

A todos os colegas de faculdade que estiveram presentes nos momentos bons e ruins.

À Arquivista Vanessa Gomes de Campos pela generosidade em dividir seu conhecimento e propiciar o estágio obrigatório que suscitou a discussão deste trabalho.

À Professora Marlise Giovanaz pela sua dedicação e orientação neste trabalho.

E à vida por me proporcionar esta experiência de crescimento, oportunizando mais este aprendizado em minha jornada.

RESUMO

Trabalho de conclusão de curso que aborda os contrapontos entre a teoria sobre a descrição arquivística e a aplicabilidade prática da mesma em arquivos históricos, especificamente num arquivo eclesiástico. Inicia com referencial teórico a respeito dos arquivos, da Igreja Católica como instituição mantenedora e do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, como contexto para o assunto pesquisado. Analisa a atividade de descrição arquivística em relação às fases documentais e quanto ao princípio da proveniência. Interpreta os instrumentos de descrição arquivística à luz das necessidades dos arquivos históricos e sua relação com as normas de descrição arquivística. Objetiva avaliar os diversos instrumentos de pesquisa existentes, conforme os níveis de descrição e a obediência à hierarquia dos mesmos como recomendação básica da arquivística. Conclui que a descrição documental deve servir para colocar os documentos à disposição dos consulentes com a maior eficiência possível, aplicando normas de forma flexível.

Palavras-Chave: Descrição arquivística. Instrumentos de pesquisa. Normas de descrição arquivística. Arquivos históricos. Arquivos eclesiásticos.

ABSTRACT

It is about a graduation paper approaching the counterpoints between the theory about archival description and its practical applicability in historical archives specifically in an ecclesiastic archive. It starts with a theoretical referral regarding the archives of the Catholic Church as the maintaining institution and of the Historical Archives of the Metropolitan Ecclesial Tribunal of Porto Alegre as the context for the researched subject. It analyzes the activity of the archival description regarding the documental stages and the provenance principle. It interprets the instruments of the archival description under the light of the needs of the historical archives and its relation with the standards of archival description. The objective is assessing the several existing instruments of research according to the levels of description and to the compliance with the hierarchy as basic recommendation of the archival activity. The conclusion drawn is that the documental description should be useful to place the documents at the disposal of consultees with the highest efficiency possible by applying standards in a flexible way.

Key words: Archival description. Research instruments. Standards of archival description. Historical archives. Ecclesiastic archives.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

CDC - Código de Direito Canônico

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONFORMAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2.1	Problematização.....	12
2.2	Objetivos.....	14
2.3	Justificativa	15
2.4	Procedimentos Metodológicos	16
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONTEXTO.....	18
3.1	Caracterização dos arquivos.....	18
3.2	A Igreja Católica e os Arquivos Eclesiásticos.....	18
3.3	A Cúria Metropolitana de Porto Alegre e o Arquivo Histórico.....	21
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: APONTAMENTOS SOBRE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	24
4.1	Descrição Arquivística: instrumentos e normas	24
4.2	Hierarquia dos Instrumentos de Pesquisa	28
5	TEORIA E PRÁTICA: CONTRAPONTO	32
5.1	Realidade em Arquivos Históricos: o AHCMPA como exemplo.....	31
5.2	Aplicação das Normas para Descrição Arquivística e a Realidade dos Arquivos	34
5.3	Considerações sobre a Hierarquia dos Instrumentos de Pesquisa	37
6	CONCLUSÃO.....	38
	REFERÊNCIAS	39
	ANEXOS	43
	ANEXO 1 – Informações Gerais do Quadro de Arranjo do AHCMPA	44

1 INTRODUÇÃO

A descrição de arquivos, como parte integrante da matéria arquivística, é vista, por muitos, como complexa e minuciosa. É consenso que descrever fundos de arquivo, parte deles ou até mesmo itens de um acervo documental, é tarefa que deve ser feita por profissional habilitado e disposto a enfrentar os percalços que se apresentam num trabalho tão detalhista e ainda pouco praticado em muitas instituições e empresas.

Existem muitas discussões a respeito da forma, momento e regras para a descrição arquivística. Alguns autores defendem que a descrição só deve iniciar no estágio permanente da documentação, ou seja, quando os documentos chegam à terceira idade. Outros rebatem, afirmando que a descrição é tarefa do profissional desde a classificação, continuando na avaliação e aperfeiçoando-se a cada etapa do processo de arquivamento. A elaboração de um quadro de arranjo, por exemplo, é uma atividade da terceira idade documental e seu resultado é um instrumento de descrição, pois demonstra de forma resumida e pontual o que há dentro de um acervo. Muitas vezes, este é o único caminho que o arquivista dispõe para localização de documentos em um arquivo.

Atualmente, muito se discute sobre a instrumentalização dos processos de descrição em arquivos. Os avanços alcançados na área muito contribuíram para nortear esta atividade. Os maiores avanços publicados são as normas de descrição que trazem as diretrizes para uma padronização mundial em instrumentos de pesquisa, permitindo que seja possível elaborar guias, inventários e catálogos nos mesmos padrões mundialmente. Enfim, utilizar modelos que permitam cada vez mais o compartilhamento de informações entre arquivos, facilitando até mesmo, a utilização de suportes eletrônicos.

Os principais autores da área recomendam que a descrição em arquivos sempre seja feita de uma forma geral para uma forma particular, ou seja, a descrição começa no fundo, passa pelas séries e termina no item documental, quando há esta possibilidade. Também é dito que para se chegar ao item é necessário, no mínimo, que as séries sejam muito bem conhecidas do arquivista, sendo exigido desta forma, ao menos, um inventário antes de se chegar no documento unitário (catálogo).

Porém, pela especificidade e particularidade de cada arquivo, é possível que se faça uma avaliação das reais necessidades de cada instituição ou empresa. O profissional formado tem, em sua bagagem intelectual, muitas teorias e exemplos. Todavia, somente ao se deparar com a realidade de um arquivo e o seu trabalho prático, é que ele poderá aplicar ou adaptar toda a teoria estudada nos bancos acadêmicos. Somente neste momento, o arquivista avaliará se a teoria se aplica à prática no seu contexto real, e se é eficaz e eficiente para seu trabalho e para seus usuários/ pesquisadores.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende verificar até que ponto a teoria recomendada pelos autores a respeito da descrição arquivística é aplicável em determinados arquivos. Especificamente, serão discutidas a eficiência da aplicação das normas de descrição e as reais necessidades quanto aos instrumentos de pesquisa, no âmbito de arquivos permanentes. Pretende-se embasar este trabalho com uma revisão de literatura, analisando o que foi produzido pelos autores da área a respeito das recomendações para descrição de arquivos e aplicar esta teoria usando o caso do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), caracterizado como arquivo eclesiástico, de caráter privado e especializado.

2 CONFORMAÇÃO DA PESQUISA

Este item relata a problematização do tema que se pretende estudar e, em função desta, apresenta os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos empregados, bem como os elementos que justificam esta pesquisa.

2.1 Problematização

Descrição arquivística é o termo utilizado para designar as ações que permitem identificar com exatidão elementos informacionais que caracterizam uma realidade arquivística. Compreende criar representações de um acervo ou parte dele, de forma que possa ser entendido e conhecido em uma pesquisa. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.67) descrição é o “[...] conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. Para o mesmo Dicionário, instrumento de pesquisa é o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”. (DICIONÁRIO..., 2005, p.108)

O conceito de instrumento de pesquisa traz em si uma informação muito difundida: a de que a descrição ocorre apenas na terceira idade documental. Utilizou-se a expressão “normalmente”, pois este conceito será encontrado em muitos livros e diversos autores o ratificam.

Partindo-se do pressuposto de que os instrumentos de pesquisa servem à pesquisa, e que sua função maior é facilitar o acesso aos documentos de um arquivo, reporta-se a sua eficácia – capacidade de atingir o efeito esperado – e sua eficiência – capacidade de atingir o efeito esperado, da forma desejada (HOUAISS, 2009). Ora, no caso acima, a eficácia de um instrumento de pesquisa se dá quando ele proporciona a

localização do que se está procurando, ao passo que sua eficiência se dará se nesta busca o pesquisador encontrar o que procura da melhor forma e em menor tempo. Sendo assim, cabe ao arquivista, na descrição, elaborar instrumentos que se adequem às necessidades de seu acervo e de seus pesquisadores/usuários, procurando atingir a função primordial dos arquivos.

Muito se avançou na área de descrição, principalmente após a publicação das normas para descrição de arquivos. As primeiras tentativas de uma normalização ocorreram já na década de 1980, porém, a primeira versão da ISAD(G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística) ocorreu somente em 1993. Este esforço partiu do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) que nomeou uma comissão composta por representantes de diversos países com o objetivo de colocar em prática algumas idéias já preconizadas por arquivistas canadenses e ingleses. Diversas sugestões foram apresentadas por membros dos comitês nacionais e, após a redação de uma minuta, foram discutidas na terceira reunião plenária do Comitê de Normas de Descrição, em Estocolmo, Suécia, culminando na apresentação da versão atual no ano 2000.

A primeira versão da ISAAR(CPF) (Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias) ocorreu em 1996, norma esta que visa a descrição dos produtores dos documentos. Também desenvolvida por um comitê nomeado pelo CIA, foi aperfeiçoada por um processo de revisão que durou cinco anos (dos anos 2000 a 2004) e foi apresentada oficialmente no Congresso do Comitê Internacional de Arquivos em Viena, na Áustria, em 2004.

A norma brasileira surgiu da necessidade de se propor uma discussão da utilização das normas já publicadas, ISAD(G) e ISAAR(CPF), em âmbito nacional. A partir da criação de uma câmara técnica pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), foram identificados profissionais que já utilizavam as normas internacionais e após envio de sugestões, foi elaborada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que se propõe a adaptar as normas internacionais à realidade brasileira.

Uma das recomendações básicas das normas se dá em função da obediência a uma hierarquia de elaboração, ou seja, os instrumentos mais abrangentes primeiro e os mais específicos, somente após se ter o panorama geral do conteúdo do acervo.

Alguns conceitos estão enraizados e se personificaram nas normas, sem haver maiores discussões sobre sua verdadeira aplicabilidade prática.

Entretanto, dadas as especificidades e particularidades de cada acervo, é possível que haja maior ou menor aplicabilidade destas regras levando-se em consideração, principalmente, o conhecimento de partes do acervo que, por vezes, ficam no obscurantismo pela falta de tempo ou de dedicação dos profissionais. Levar em consideração as reais necessidades dos usuários/pesquisadores deveria ser a maior preocupação de um serviço de arquivo. Este problema se agrava no âmbito dos arquivos permanentes, pois estes servem para a pesquisa de documentação histórica que, normalmente, necessita de grande dedicação. Sendo assim, coloca-se como problema deste trabalho: até que ponto a aplicação das regras e normas de descrição é eficiente para a difusão da informação nos acervos?

2.2 Objetivos

Os principais objetivos deste trabalho são:

- a) identificar na literatura os diversos conceitos para descrição de arquivos e suas recomendações;
- b) analisar os variados instrumentos de pesquisa existentes, procurando observar sua aplicabilidade em conformidade com as normas de descrição arquivística existentes;
- c) interpretar a real necessidade dos arquivos, dos arquivistas e de seus usuários, especificamente, no contexto do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, através de pesquisa sobre a instituição em relação à descrição arquivística;
- d) avaliar se os questionamentos propostos na introdução do trabalho foram resultantes de novas possibilidades para a descrição ou se as recomendações existentes hoje estão de acordo com a realidade dos arquivos históricos.

Por meio de tais objetivos, este trabalho pretende identificar quais recomendações existentes sobre a descrição de arquivos têm maior relevância para os diversos acervos existentes e, especificamente, analisar tais recomendações no contexto do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

2.3 Justificativa

Os arquivos permanentes ou históricos podem ser classificados como uma das maiores fontes de informação e conhecimento existentes. Normalmente, logo que se pensa em arquivo remete-se automaticamente à imagem de um arquivo histórico, pelo caráter de antiguidade e estagnação a que são associados. Porém, um olhar mais atento verificará a vivacidade destes acervos, brotando conhecimento, proporcionando sabedoria. Um arquivo permanente tem, em sua essência, a intenção de dar conhecimento das coisas passadas, trazer fatos que façam entender o presente, enfim, resgatar histórias.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.34) define arquivo permanente como “[...] conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor.” Complementando, para Heloísa Bellotto (2007, p.115):

Um documento é histórico quando, passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica (testemunho). É útil para a administração e a historiografia, no sentido mais crítico e científico, e não no de “deleite cultural”.

O testemunho, a prova – características de um documento histórico só poderão ser desveladas se o arquivo histórico assim o permitir. Em outras palavras, seu funcionamento deve ser claro e demonstrar seu conteúdo, permitindo o alcance das informações contidas nele. A descrição documental passa a ser a “cereja do bolo”, ou seja, coroa o ciclo pelo qual o documento passa. Obviamente, todo o processo inicia-se no nascimento do documento e deve ser acompanhado nas suas fases corrente,

intermediária e permanente. Assim sendo, permitirá melhor conhecimento e aproveitamento das informações que pretende expor. Por outro lado, muitos papéis nascem históricos e sua importância é indiscutível, mas não são tratados durante seu ciclo natural, causando problemas de conservação e preservação futuros e o mais importante: de conhecimento de seu conteúdo.

O fator histórico já justifica a elaboração de um trabalho de conclusão que discuta a importância destes acervos e sua relevância para o conhecimento da humanidade sobre seu passado. Porém, para ir além, pretende-se investigar até que ponto a recuperação da informação contida nestes arquivos tão importantes está sendo eficiente e quais os melhores meios de recuperar estas informações através da técnica de descrição arquivística.

2.4 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos começaram pelo desenvolvimento de referencial teórico encontrado em publicações da área de Arquivística sobre os temas: arquivos permanentes, descrição documental e instrumentos de pesquisa e normas de descrição arquivística. Aprofundar a compreensão desses assuntos foi importante para cimentar a teoria existente e após, fazer o entrecruzamento destas informações com a problemática proposta.

O tema proposto exigiu uma pesquisa dos serviços oferecidos aos usuários no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), caracterizado como arquivo privado, de caráter especializado do tipo eclesiástico, ou seja, produzidos por uma entidade religiosa, no caso, a Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa começou com uma atividade de estágio obrigatório, realizada no primeiro semestre do ano de 2009 e consistiu na elaboração de um instrumento de pesquisa para parte do acervo desta Instituição. As observações efetuadas durante este trabalho motivaram buscar o entendimento de alguns problemas observados nesta atividade, gerando a intenção de discuti-las neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Para se entender melhor o funcionamento de um arquivo eclesiástico, foi feita ainda, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, e principalmente, sobre a história do AHCMPA. O levantamento do conteúdo geral do acervo, bem como o funcionamento pregresso e atual do arquivo foi pesquisado para melhor entendimento do contexto da Instituição. A escolha deste arquivo deveu-se a fatores, tais como:

- a) seu caráter único de importância, por ser parte do arquivo de uma das maiores entidades mundiais, a Igreja Católica Apostólica Romana;
- b) por ser fonte de informação única de dado período da história do Brasil, pois até a proclamação da República não havia outra forma de registro demográfico que não o da Igreja Católica. Este fato mereceu o Art.16 da Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991¹: “[...] os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do código civil ficam identificados como de interesse público e social”. (BRASIL, 1991 apud BELLOTTO, 2007, p.256).
- c) o estágio obrigatório realizado neste Arquivo, no qual foi elaborado um instrumento de pesquisa para determinados documentos que não o possuíam e que acabou suscitando reflexões sobre a temática e as problemáticas encontradas neste arquivo em especial.

Diante deste contexto, buscou-se a verificação da aplicabilidade dos conceitos teóricos em descrição arquivística para o acervo do AHCMPA como exemplo de arquivo histórico privado.

¹ Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONTEXTO

Neste capítulo serão abordados assuntos pertinentes ao contexto em que se insere o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Para tanto, utilizou-se de pesquisa sobre as temáticas: caracterização dos arquivos, arquivos eclesiásticos e o AHCMPA em si mesmo.

3.1 Caracterização dos Arquivos

O termo arquivo é definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.27) como: “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.”

Os documentos de um arquivo são criados para um fim, produzidos com o objetivo principal de registrar as ações, decisões, acontecimentos, atividades. Também, alguns destes documentos podem ter apenas valor imediato e efêmero, sendo que logo após cumprirem sua função, não mais terão valor e poderão ser descartados. Não obstante, muitos documentos se originam de decisões e atos tornando-se prova destas atividades, abarcando uma importância única não podendo ser descartados. Assim, formam-se os arquivos históricos, com a primordial função de preservá-los para consultas futuras.

Desta forma, os documentos apresentam naturalmente um ciclo, ou seja, uma passagem de tempo desde sua criação, tramitação até sua guarda ou eliminação. Este ciclo determina sua guarda, sendo que, basicamente são aceitas três fases documentais:

- a) corrente, caracterizada pelo nascimento e tramitação deste documento enquanto o mesmo estiver cumprindo sua função;

- b) intermediária, caracterizada pelos documentos que já cumpriram sua função imediata (eventual pesquisa pelos produtores), aguardando uma avaliação para seu descarte ou guarda permanente;
- c) permanente ou histórica, que determina que esta guarda será definitiva e não haverá descarte dos documentos, servindo principalmente para pesquisa histórica, científica, social e cultural.

As entidades mantenedoras e criadoras dos arquivos podem ser de natureza pública ou privada. Os arquivos públicos são aqueles mantidos pela administração pública – os governos e autarquias. E os arquivos privados são mantidos por entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa – arquivos particulares. Este trabalho traz um exemplo de arquivo privado, o eclesiástico, constituído pelos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana. A seguir, maiores detalhes sobre este tipo de arquivo.

3.2 A Igreja Católica e os Arquivos Eclesiásticos

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição mundial de caráter privado. Destaca-se pelo volume e riqueza de seu patrimônio documental, que forma os arquivos eclesiásticos. Possui uma hierarquia complexa, passando pela autoridade máxima que é o Papa até os párocos das Paróquias Diocesanas.²

O Papa representa a Santa Sé, sendo o Romano Pontífice a autoridade máxima da Igreja, com sede em Roma. A partir daí, segue na hierarquia, aqui apresentada de forma simplificada, órgãos em nível continental e níveis nacionais. O Brasil possui um representante nacional da Santa Sé em Brasília, fazendo às vezes de uma Embaixada no Brasil.

A administração no Brasil está subdividida em Regionais, sendo o Estado do Rio Grande do Sul a Regional 3. Segue na hierarquia, a Cúria Diocesana, que representa

² “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.” (CÓDIGO..., 1983, p.40)

uma subdivisão do território agrupado em paróquias, com a autoridade máxima do Bispo. E por fim, encontram-se as Paróquias, já definidas anteriormente.

No Brasil, a Igreja foi a detentora da produção documental até meados de 1890, quando terminou o Regime do Padroado, que consistia em uma estreita ligação dos monarcas que dispunham do direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa Portuguesa. Desta forma, as decisões civis do governo mesclavam-se com as eclesiásticas, por exemplo, no pagamento dos dízimos e registro de batismo, tornando os fundos documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do padroado um importante complemento às fontes de informação arquivísticas de origem civil.

Pelo Decreto 119A, de 7 de janeiro de 1890, o governo republicano extinguiu o Padroado e separou a Igreja do Estado. Assim sendo, os registros civis até a época da separação da Igreja do Estado eram administrados pela Igreja Católica, tornando este acervo motivo para a criação do Art. 16 da Lei 8.159 (1991), onde consta que “[...] os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social.”³ Infere-se, a partir de então, a extrema importância dos acervos eclesiásticos para a memória do país. Sendo estes documentos de interesse público e social, são considerados patrimônio e memória do país, retratando um período onde não houve outro tipo de registro das pessoas que viveram nesta época. Assim, esta documentação é única e insubstituível devendo ser preservada infinitamente.

O outro contexto a se destacar é a fase de sujeição e pós-sujeição do território sul-rio-grandense ao Bispado do Rio de Janeiro. Em outras palavras, toda a administração estava subordinada ao Bispado do Rio de Janeiro, causando dificuldades para tomada de decisões. Esta ligação perdurou até 1848 quando foi criado o Bispado do Rio Grande de São Pedro.

A Igreja Católica formulou o Código de Direito Canônico (CDC) que é o principal documento legislativo desta entidade. Seu objetivo é

³ Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências.

[...] tornar visível a estrutura hierárquica e orgânica da Igreja; organizar o exercício das funções divinamente confiadas à sociedade eclesial; compor as relações mútuas entre os fiéis; apoiar, proteger e promover iniciativas comuns em prol de uma vida cristã mais perfeita; permitir à sociedade eclesial criar uma ordem que dê primazia ao amor e facilite o desenvolvimento da Igreja e de cada um de seus membros. (VERITATIS SPLENDOR, 2009)

A Igreja dedica dois cânones do Código para legislar sobre seus arquivos. Estes cânones versam sobre como devem ser os arquivos em seu âmbito e, principalmente, sobre o cuidado que se deve ter com os documentos:

Cân. 486 § 1. Devem-se guardar com o máximo cuidado todos os documentos relativos à diocese e às paróquias.

§ 2. Em cada cúria, seja erigido em lugar seguro o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechados, os instrumentos e escritos que se referem às questões diocesanas espirituais e temporais.

§ 3. Faça-se um inventário ou catálogo, com breve resumo de cada escrito, dos documentos contidos no arquivo. (CÓDIGO..., 1983, p.38)

De fato, a maior preocupação constatada é quanto ao cuidado com o acervo, principalmente quanto ao acesso. O Cânone 489 versa ainda que “[...] haja também na cúria diocesana um arquivo secreto, ou pelo menos haja no arquivo comum um armário ou cofre, inteiramente fechado à chave que não possa ser removido do lugar.” (CÓDIGO..., 1983, p.38). Observa-se que esta entidade prima pelo seu arquivo e entende a necessidade da preservação dos documentos.

3.3 A Cúria Metropolitana de Porto Alegre e o Arquivo Histórico

Para melhor entendimento do contexto em que se insere o arquivo que foi objeto da pesquisa, segue breve introdutório a respeito da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e de seu Arquivo.

A Cúria Metropolitana de Porto Alegre, como entidade jurídica, denomina-se Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre e goza de utilidade pública federal, estadual e municipal possuindo certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre é um arquivo permanente, ou seja, a documentação deve ser preservada infinitamente para fins de pesquisa e de prova. É um arquivo eclesiástico – ligado à Igreja Católica – e especializado, por ser formado por “[...] documentos cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos.” (DICIONÁRIO..., 2005, p.30)

A partir da criação do Bispado, é fundado conjuntamente o Arquivo Histórico do Bispado. Estes dois momentos aqui referidos são importantes para entender o contexto da documentação abrigada no Arquivo. São conservados no AHCMPA:

[...] documentos da antiga comarca de Porto Alegre, da Vigararia Geral e dos primeiros Bispos do Rio Grande do Sul. Também fazem parte do acervo alguns documentos de paróquias que não pertencem às jurisdições atuais do Arcebispado, mas que foram recebidas pelo Bispo até os sucessivos desmembramentos ocorrerem. (CAMPOS, 2003, p.26)

O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre apresenta em seu acervo documentos originados desde 1747 até os dias atuais. Percebe-se que o estado de conservação de muitos papéis é crítico, sobretudo os mais antigos. Alguns apresentam degradação pela ação de insetos, umidade, processos de encadernação e restauro incorretos. No entanto, a maioria do acervo encontra-se em bom estado de conservação, destacando um trabalho de identificação por cores dos fundos documentais.

Existe um quadro de arranjo (ver ANEXO 1), ainda em fase de ajustes, que serve como principal norteador das pesquisas pela arquivista, bem como, dá o conhecimento breve do conteúdo do acervo. Entretanto, muitos papéis ainda são desconhecidos na sua integralidade, principalmente registros administrativos antigos, como, nomeações, destituições, ordens de celebração de missas, criações de cemitérios, etc. Esta documentação está em bom estado de conservação, mas apresenta diversas inconsistências quanto a sua denominação diplomática, o que dificulta, segundo a

arquivista, o estabelecimento das séries e prejudica a relação orgânica dos documentos, tão importante para o entendimento da hierarquia documental. Cabe aqui ressaltar que o Arquivo possui apenas uma funcionária que acumula todas as atividades do arquivo, incluindo o atendimento ao público. Esta mesma funcionária dedica um dia da semana para trabalho interno (sextas-feiras) no intuito de organizar, limpar a documentação, trocar caixas, enfim, atividades necessárias para o bom funcionamento do arquivo. Porém, esse tempo é curto para tantas atividades o que, provavelmente, reflete a necessidade iminente de maior número de pessoas trabalhando na instituição.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: APONTAMENTOS SOBRE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Neste capítulo são apresentadas e discutidas as idéias de autores que trabalharam assuntos pertinentes a esta pesquisa no contexto da descrição arquivística, das normas de descrição e da hierarquia dos instrumentos de pesquisa.

4.1 Descrição Arquivística: instrumentos e normas

A descrição em arquivos pode ser considerada uma das tarefas mais complexas e minuciosas exercidas pelos arquivistas. Define-se como descrição arquivística a “[...] elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e utilização de dados.” (BELLOTTO, 2007, p.179). A descrição nada mais é do que criar representações com objetivo de tornar acessíveis os documentos de um acervo. Seu conceito explicita sua principal função que é possibilitar acesso às informações contidas em documentos, pois o potencial informativo de um arquivo só poderá ser conhecido através dos instrumentos de pesquisa.

Em relação aos instrumentos de pesquisa, cabe referenciar aqui que há diversas nomenclaturas utilizadas e conhecidas mundialmente para o termo. Na Europa, muito se tem discutido a respeito de sua definição, o que provavelmente expressa ainda uma carência de uniformização da disciplina arquivística, levando-se em consideração sua incipiente pretensão ao nível de ciência em detrimento da técnica. Observa-se que ainda são utilizadas as terminologias instrumentos de trabalho, instrumentos de gestão, instrumentos de descrição, meio (ou instrumento) de referência (RIBEIRO, 2003), corroborando o fato de não haver ainda uma normatização na área. Para a arquivista portuguesa Fernanda Ribeiro (2003, p.650), a melhor nomenclatura existente é “instrumentos de acesso à informação” que a mesma define como:

[...] todo e qualquer instrumento que permite localizar ou recuperar informação (aceder a ela), independentemente de a sua finalidade ser o trabalho/controlo (função de serviço interna) ou a pesquisa/referência (função de serviço interna e externa).

Considerando que haja, além de instrumentos de acesso externos, os instrumentos internos, conhecidos como de controle, pode-se verificar ainda mais diferenciações importantes, principalmente quando se trata de conhecimento do acervo pelo próprio arquivista. Pois os mesmos instrumentos de controle servem para controlar, identificar o acervo internamente sem haver necessidade de publicação. Como exemplo tem-se o inventário topográfico, as listas, tabelas de avaliação e recenseamento dos arquivos. E ainda, os próprios quadros de arranjo que dão uma visão global do acervo.

Sendo assim, constata-se que na literatura que trata sobre a teoria em descrição de arquivos existem muitas divergências a respeito da elaboração de instrumentos de pesquisa. No entanto, desde a publicação das normas de descrição arquivística: ISAD(G) em 2000, ISAAR(CPF) em 2004 e da NOBRADE mais recentemente, em 2006, é possível seguir-se padrões e modelos. Enfim, a descrição tornou-se oficialmente matéria de discussões em todo o mundo e possibilitou a padronização efetiva de instrumentos de pesquisa, inserindo um capítulo importante na história da arquivologia. Segundo a NOBRADE (2006, p.10), em seu âmbito e objetivos consta que:

A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas [...] as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante à informação.

Anteriormente, era possível atingir tais objetivos (qualidade, economia de recursos e otimização das informações recuperadas) através de recomendações como as encontradas no livro Manual de arranjo e descrição de arquivos dos arquivistas holandeses, traduzido para o português em 1960, cujo conteúdo é importante para conhecimento da matéria. Uma evolução até então aconteceu, com diversas

publicações na área pelo mundo. Porém, as normas foram, certamente, um ganho inestimável aos profissionais e aos usuários de arquivos.

O Conselho Internacional de Arquivos apresenta em sua publicação Relatório do Sub-Comitê sobre os instrumentos de descrição, no ano 2000, as orientações para a aplicação das normas na elaboração dos instrumentos de pesquisa no âmbito da ISAD(G) e ISAAR(CPF). Segundo este documento, os princípios que regem a elaboração dos instrumentos de descrição são:

- a) fornecer acesso aos documentos de arquivo através da comunicação de informações a eles respeitantes aos utilizadores;
- b) produzir instrumentos de descrição precisos, coerentes e auto-explicativos;
- c) representar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a descrever através da aplicação das regras de descrição multinível. (cf. ISAD(G) 2.). (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.2)

Os instrumentos de pesquisa existentes variam muito de nomenclatura conforme o país. Pode-se apontar como principais correntes existentes: a canadense, a norte-americana e a européia, variando esta última de país para país. Com o advento das normas, os níveis de descrição ganharam maior destaque, sendo incluídos como princípios da Descrição Arquivística sob a nomenclatura “estrutura multinível”, conforme consta na ISAD(G).

Desta forma, levando-se em consideração os três principais níveis, que são: fundo, série e item documental. Tem-se como instrumentos mais conhecidos nesta hierarquia os guias, inventários e os catálogos. Ainda assim, pode-se considerar outros intermediários ou mais detalhados. Os três níveis de análise arquivística conhecidos e aqui definidos como níveis de descrição, são classificados conforme sua profundidade. Os níveis considerados são os seguintes:

- a) nível 1 – fundo: abrangente, para descrição de totalidade do arquivo, admitindo-se a abordagem geral das seções e sub-seções sem profundidade;
- b) nível 2 – série: intermediário, para descrição das séries isoladamente;

- c) nível 3 – item documental: específico, para descrição da unidade documental, ou seja, o mais pormenorizado dos níveis.

Ainda são admitidos pela NOBRADE (2006) como níveis intermediários: o acervo da unidade custodiadora (nível 0), a subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

As normas também possibilitaram um maior entendimento destes níveis de descrição, isto é, a posição da unidade na hierarquia do fundo ou coleção. Dentre as recomendações dos principais autores está a de que a descrição deve ser feita do geral para o particular:

O programa de descrição para cada repositório de manuscritos deve, por conseguinte, incluir a produção de uma série de instrumentos de busca cuja seqüência vai do geral para o específico, tornando a descrição cada vez mais pormenorizada, à medida que o trabalho de descrição continua. (SCHELLENBERG, 2006, p. 318)

O autor refere-se a um ideal em arquivística, procurando atingir a plenitude das atividades, no qual metodicamente segue-se um programa de descrição de documentos após todo o acervo organizado. Confirmando esta assertiva, escreve o arquivista europeu Nils Bruebach (2007, p.42):

A descrição de alta qualidade tem sempre que focar o acervo como um todo e não os fundos individuais ou um único documento, e deveria seguir uma estratégia de acesso que ofereça aos usuários toda a informação que eles estão procurando com os instrumentos técnicos do momento.

Porém, este ideal nem sempre é possível de ser alcançado dadas as dificuldades e particularidades de acervos e de instituições existentes. Schellenberg (2002) enfatiza que todo arquivo deve possuir políticas para seu acervo, incluindo a descrição como etapa essencial na organização. Mais importante ainda, que a descrição não seja pensada e realizada apenas na terceira idade documental e sim, que deve começar na gestão, ou seja, desde o nascimento do documento, com claro objetivo de facilitar a elaboração dos instrumentos e de haver total controle sobre o acervo documental.

Contudo, observa-se que a realidade dos arquivos históricos, majoritariamente, não é esta. O que se vê geralmente é uma massa acumulada de documentos que nunca recebeu tratamento algum ou recebeu tratamento errôneo. Estas questões serão melhor discutidas na subseção seguinte.

4.2 Hierarquia dos Instrumentos de Pesquisa

A obediência à hierarquia dos instrumentos de pesquisa pode ser encarada como um modelo a ser seguido. Observemos o que diz a autora brasileira, Heloísa Bellotto, sobre a hierarquia dos instrumentos:

A elaboração de instrumentos de pesquisa deve ser sucessiva, partindo do geral para o parcial. Dada a necessidade de se fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e possibilidades de acesso, o primeiro instrumento a ser elaborado deve ser o guia. Os instrumentos parciais (referentes a fundos determinados ou a parte deles), como inventários e catálogos, podem ser feitos concomitantemente ou sucessivamente. (BELLOTTO, 2007, p.220)

Infere-se, a partir das afirmações da autora, que preferencialmente toda e qualquer instituição deve elaborar primeiramente um guia de seu arquivo. Ou seja, o instrumento mais geral que contém informações básicas sobre a instituição e documentos custodiados, para somente a partir daí ou simultaneamente elaborar-se instrumentos parciais. Tais afirmações são apoiadas na teoria da universalidade, explicitadas pelos autores franceses Couture e Rousseau (1998), em um capítulo denominado “As unidades de trabalho”, do livro Os fundamentos da disciplina arquivística. Esta teoria demonstra que “[...] as unidades de trabalho se integram umas nas outras como certas mesinhas encaixadas.” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p.130). Assim, o princípio mencionado trataria da abordagem geral para o particular:

O princípio da universalidade exige que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada

de modo global antes de passar a outra mais detalhada. (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 130)

Os autores vêm, da mesma forma, que se deve demonstrar o conteúdo de um acervo primeiramente de forma generalizada. Esta recomendação é apoiada nas diversas correntes da arquivologia moderna. Observa-se que cada vez mais é seguida esta recomendação, sendo que os arquivistas modernos procuram trazer primeiramente a descrição geral em detrimento da pormenorizada. Este fato é evidenciado na introdução da ISAD(G):

Normas de descrição arquivística são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio do *respeito aos fundos*. Este princípio deve ser claramente enunciado caso se deseje construir uma estrutura de aplicação geral e um sistema de descrição arquivística, manual ou automático, não dependente de instrumentos de pesquisa de nenhum arquivo específico. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.12)

Para o Comitê Internacional de Arquivos que aprovou a norma, após sucessivas revisões, análises e sugestões apresentadas pelas diversas comissões nacionais, a descrição hierarquizada parte de um princípio estabelecido pela arquivologia, que se apóia em teoria já consagrada. Explicitando melhor, temos como definição para o Princípio do Respeito aos Fundos ou Proveniência, o que diz Paes (1991, p.9): “Princípio segundo o qual devem ser mantidos reunidos num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo.” Também é importante destacar o que diz Schellenberg (2006, p.161):

Na tarefa de arranjar documentos, [...], observa-se o princípio da proveniência. Segundo esse princípio os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que a organização e as funções que os produziram neles se reflitam, unidade administrativa por unidade, subunidade por subunidade e série por série de documentos.[...] O arranjo afeta não só a acessibilidade dos documentos, mas também os valores comprobatórios dos mesmos[...].

Obviamente, não se pode negar as teorias já consagradas. A discussão proposta neste trabalho enfatiza, principalmente, as particularidades que existem nos acervos, somadas às condições em que se encontram quanto à organização, existência ou não de quadro de arranjo e o próprio conhecimento que os arquivistas têm do conteúdo dos acervos.

Como mencionado, a hierarquia dos instrumentos de pesquisa consiste em obedecer aos níveis de profundidade do acervo. Sendo assim, o fundo de arquivo seria o elemento mais abrangente e o item documental, o mais específico. As normas para descrição enfocam esta hierarquia, porém, há indícios apontados por diversos arquivistas de que a ISAD(G), por exemplo, não contempla a organicidade dos documentos e acaba por “[...] favorecer as demandas dos consulentes em detrimento da organicidade do acervo [...] há na ISAD(G) o risco de perda da idéia de globalidade dos fundos arquivísticos.” (CORTÉS ALONSO, [19--], p.?) apud LOPEZ, 2002, p.19).

Ainda assim, o advento das normas para descrição possibilitou uma maior flexibilidade ao profissional, pois permitiu que fossem mais claramente observados os níveis de descrição. A descrição multinível, como é comumente conhecida, trata da relação do fundo com suas partes, ou seja, séries, subséries, seções e item documental. Segundo a ISAD(G):

Se o fundo como um todo estiver sendo descrito, ele deverá ser representado numa só descrição, utilizando-se os elementos descritivos como mencionado na seção [3] deste documento. Se é necessária a descrição das suas partes, estas podem ser descritas em separado, usando-se igualmente os elementos apropriados da seção 3. A soma total de todas as descrições assim obtidas, ligadas numa hierarquia, [...], representa o fundo e as partes para as quais foram elaboradas as descrições. Para as finalidades destas regras, tal técnica de descrição é denominada **descrição multinível**. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p.7)

Reitera-se neste trecho da introdução da ISAD(G) que as partes podem ser descritas em separado, utilizando-se os mesmos campos tanto para fundo como para item, ressaltando que os objetivos de cada uma são diferentes. O foco da descrição de fundo deve ser representar o acervo e a instituição, dando idéia geral do conteúdo.

Esse tipo de trabalho terá um objetivo mais amplo, pois informará ao pesquisador/ usuário as linhas gerais.

Porém, a cada subdivisão do acervo será necessário maior detalhamento das suas informações, permitindo melhor desempenho do pesquisador em suas buscas. Neste contexto, começa a surgir uma dúvida ao arquivista: em quais partes do acervo e até que ponto deve-se privilegiar séries, subséries ou até mesmo o item documental? Para Bellotto (2007, p.222):

[...] é para os fundos desconhecidos pelos pesquisadores que a política descritiva deve se voltar prioritariamente. Há o risco de, talvez, não se atingir o real objetivo do trabalho de descrição de fundos documentais – que é prioritariamente o de atender à demanda. Por outro lado se a equipe responsável pela descrição aceitar o desafio, estará contribuindo de forma mais útil e eficaz para o avanço da historiografia [...].

O arquivista norte-americano T. R. Schellenberg (2006) considera que os instrumentos de pesquisa provisórios auxiliam e devem ser priorizados antes de qualquer descrição pormenorizada. Em um capítulo, exclusivamente, dedicado aos arquivos privados, o autor enfatiza:

Os documentos devem ser descritos em detalhes progressivamente maiores. Um arquivista deve não somente traçar um programa de descrição que atenda às necessidades específicas de sua clientela, que torne conhecido o conteúdo e a importância de coleções particulares e que dê imediato conhecimento de todas as coleções. (SCHELLENBERG, 2006, p.317)

A questão da hierarquia da construção de instrumentos de pesquisa é praticamente unânime, porém, atente-se para fato que existem hoje modernos e diferentes meios de busca que precisam ser adaptados a esta teoria, conjuntamente, analisando a realidade e a particularidade dos acervos documentais. Desta forma, passamos aos contrapontos propostos inicialmente, no próximo capítulo.

5 TEORIA E PRÁTICA: CONTRAPONTO

Neste capítulo serão tratados os contrapontos entre a teoria em descrição arquivística e a aplicabilidade da mesma em relação às diversas realidades dos arquivos históricos, em especial, do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

5.1 Realidade em Arquivos Históricos: o AHCMPA como exemplo

Ao aprofundar os conhecimentos acerca de um acervo histórico, suas reais necessidades e anseios, no caso aqui o AHCMPA, pode-se perceber que nem sempre as teorias estudadas podem ser aplicadas para todos os arquivos. E não o são de fato, pois impera ainda um desconhecimento da sua real importância e, principalmente, de seu real potencial para a memória do país. A base teórica em Arquivologia é em sua maioria importada de países dos continentes norte-americano, europeu e oceania, com realidades culturais bastante diferentes com relação à preservação das fontes históricas. O Brasil é uma nação jovem que, em matéria de valorização da história e memória de seus documentos, está distante de um ideal no gerenciamento dos arquivos. Isto se reflete obrigatoriamente nos arquivos históricos, pois os mesmos ainda possuem um *status* de “arquivo morto”, lugar empoeirado e estagnado, enfim, há muito preconceito com relação às instituições.

O AHCMPA não é diferente neste aspecto. Tendo a Igreja Católica promulgado um Código próprio que prevê cânones específicos para a existência e manutenção de arquivos para seus documentos, espera-se que o mesmo seja reconhecido e utilizado. No caso do AHCMPA assim acontece e pode-se dizer que seu gerenciamento é feito da melhor forma possível. Assim mesmo, muitos recursos não podem ser aproveitados em sua totalidade pelos usuários que procuram o acervo para consultas. Suas expectativas nem sempre são atendidas, tendo em vista todas as dificuldades existentes: falta de

pessoal, local para consulta, tempo despendido aos consulentes, entre outros. O fato de não haver mais pessoal (apenas uma arquivista trabalha no Arquivo e acumula todas as atividades) é determinante para que o Arquivo não ofereça todo seu potencial informativo. Um acervo cujo tratamento básico (limpeza dos papéis, conhecimento do conteúdo, quadro de arranjo, acondicionamento, etc.) precisou ser feito desde o início, apesar do tempo de sua existência, emperra sua evolução e desenvolvimento de práticas modernas.

Desta forma, cabe aqui salientar que um arquivo deste porte e importância necessitaria de um tratamento todo especial. De nada adiantaria aplicar a teoria descritiva sem um profundo conhecimento do acervo e principalmente das necessidades dos consulentes do AHCMPA. Esta afirmação reforçou-se pela prática da elaboração de instrumento de pesquisa para uma pequena parte deste acervo, no trabalho executado no primeiro semestre de 2009. A construção de um catálogo a partir da aplicação da NOBRADE demonstrou na prática que a repetição de campos, por exemplo, para cada item documental é pouco eficiente visualmente, ocupando espaço e por vezes confundindo o usuário/pesquisador que tem apenas em sua mente uma idéia do que quer pesquisar, mas não compreende como pode chegar ao seu objetivo. As reflexões suscitadas nesta atividade motivaram um estudo aprofundado das teorias existentes para que se pudesse compreender até que ponto o arquivista brasileiro tem subsídios teóricos para aplicar a sua realidade.

Uma reflexão mais aprofundada se faz necessária com intuito de esclarecer a intenção de se cruzar teoria com prática. O caso do AHCMPA é sobremaneira particular, pois se trata de um arquivo privado e ao mesmo tempo, possui documentação de interesse público e social, determinado pela lei. Ou seja, estes documentos devem ser disponibilizados à sociedade de alguma forma e os instrumentos de pesquisa, neste caso, tornam-se indispensáveis nesta difusão.

No AHCMPA, os registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos possuem fichários e índices nominais que permitem a localização, sendo estes os únicos instrumentos de pesquisa existentes. A arquivista não consegue disponibilizar os fichários para consulta direta pelos usuários, pela desordem que isso causaria, sendo um problema de difícil solução, caso seja recolocada uma ficha fora do lugar. Desta

forma, a mesma necessita fazer toda a consulta pessoalmente, tomando o tempo de trabalho. Para este caso em particular, um catálogo automatizado, baseado na NOBRADE ou ISAD(G), colocado em uma base de dados contendo os campos principais da ficha, ajudaria na recuperação da informação mais eficientemente. Esta ação demandaria tempo e disponibilidade da profissional, que necessitaria de estagiários para alimentar a base.

A documentação da organização eclesiástica, que foi objeto do estágio obrigatório, está em sua maioria colocada em formato de códice, apresentando problemas diplomáticos, perdas, conexão entre os produtores e receptores, etc. Neste caso específico, um catálogo detalhado ajudaria na recuperação das informações, porém, a simples descrição dos campos obrigatórios das normas não garante seu completo entendimento e divulgação. Há que empreender maneiras de encadear os fundos, séries, subséries e itens documentais de forma que as informações se interliguem e possibilitem ao usuário leigo encontrar o que procura, sem precisar entender o complexo quadro de arranjo com suas seções.

Assim, o principal ponto a se destacar é a aplicação das normas e teorias em cada arquivo de maneira eficiente e focada no usuário. A análise desta aplicação se faz necessária para se atingir eficácia e eficiência nos serviços de atendimento aos pesquisadores/usuários dos arquivos.

5.2 Aplicação das Normas para Descrição Arquivística e a Realidade dos Arquivos

No caso deste estudo, procurou-se fundamentar o tema com os mais diversos pontos de vista em matéria de descrição arquivística e sua aplicação. Principalmente, a questão nova na área que é o advento das normas de descrição. O Brasil participou ativamente na elaboração destas, culminando em uma norma brasileira, a NOBRADE. Este fator é muito importante, pois demonstra que há preocupação em acompanhar a constante evolução na área. Usando como exemplo a França, relata a arquivista Claire Sibille (2007, p.94) sobre a ISAD(G):

[...] existe uma tradição arquivística francesa anterior à elaboração das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF) que apresenta algumas especificidades em relação à reflexão realizada no plano internacional neste domínio. Enfim, muitos arquivos se informatizaram antes da ISAD(G) e do EAD e as descrições realizadas com essas ferramentas nem sempre se integraram de maneira satisfatória à descrição em vários países.

Assim, pode-se compreender que os avanços na área de descrição de arquivos são anteriores às normas e que países como a França adiantaram-se nesta questão, prevendo a necessidade de dar um atendimento mais adequado aos documentos e à difusão da informação. Ainda sobre a Arquivologia francesa, declara a arquivista no mesmo artigo:

A Direção dos Arquivos da França está ligada, desde 1959, ao Ministério da Cultura. Ela tem um papel essencial de impulsão e controle em matéria de arquivos públicos. [...] Ela exerce um “visto”, que dizer, um controle sobre os instrumentos de pesquisa, em papel ou eletrônicos, destinados a serem difundidos ao público, a fim de assegurar “o respeito à unidade do fundos e de sua estrutura orgânica, à qualidade científica e técnica de instrumentos de pesquisa, à compatibilidade de sistemas de tratamento”. (SIBILLE, 2007, p.95)

Estas declarações permitem inferir que, mesmo na França, com tradição na área de Arquivologia, a aplicação das normas é restrita, ou seja, por sua prática ser anterior à criação das normas internacionais, os arquivos franceses têm certa dificuldade em aplicá-la na sua integralidade. Para os franceses, diferentemente da ISAD(G) que reserva lugar ao título do documento, a descrição consiste na elaboração, para cada unidade documental, de uma “análise” com informações sobre o objeto dos documentos, a ação exercida a este objeto, a tipologia documental e o próprio agente da ação, caso ele seja diferente do produtor (SIBILLE, 2007).

O foco no usuário é uma tendência que tem se difundido pelo mundo, como se pode observar pela literatura existente. Diversos profissionais já sinalizaram em artigos científicos que na era da informática, principalmente, não há espaço mais para o arquivista custodiador, detentor de toda a informação e imprescindível aos seus pesquisadores. Algo que é muito comum na área de Biblioteconomia, o estudo dos usuários e serviços de referência, pouco era discutido pela Arquivologia, ainda muito

detida à técnica e à organização dos documentos em detrimento da sua propagação. Ainda sobre esta afirmação, discorre a arquivista do Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa:

O arquivista deve assumir que o usuário deve ser identificado e os instrumentos de recuperação da informação devem ser adequados aos perfis de usuários dos serviços arquivísticos. Os instrumentos de pesquisa devem oferecer informações ao usuário, que o habilite a realizar sua pesquisa e estabelecer as conexões necessárias entre as temáticas e o acervo de forma autônoma. (OLIVEIRA, 2006 , p.6)

Quando houve a publicação das normas, muitos avanços ocorreram para que a divulgação das informações nos arquivos se tornasse mais uniforme, concisa, direta. As normas proporcionaram que os arquivistas pensassem de uma forma mais compartimentada, podendo seguir um padrão e não apenas definir por si próprios o que seria correto, quais partes dos fundos, séries ou documentos deveriam ser informados, enfim, modelos a serem seguidos mundialmente.

Porém, um uso mais flexível das normas pode obter melhores resultados junto aos usuários do arquivo. Importante considerar também que os termos técnicos aplicados à arquivologia nem sempre são compreendidos por pesquisadores habituados ao trabalho investigativo, quanto mais às pessoas que necessitam muitas vezes de uma informação simples e não fazem uso de arquivos em seu cotidiano. Os instrumentos de pesquisa se encaixam bem nesta problemática, pois mesmo explicativos e detalhados, contêm muitos campos repetidos, desnecessários ao entendimento do contexto informacional. Sobre este aspecto, opina o arquivista inglês Michael Cook (2007):

As normas, como elas são atualmente, nem sempre se adequam bem à flexibilidade da abordagem necessária para acomodar novas categorias de usuários. Por detrás das normas estão várias suposições culturais que podem precisar ser ajustadas. Ao aplicar normas de descrição, estamos seguindo um método de categorizar a informação que não corresponde necessariamente à **visão de mundo dos usuários**. Essas categorias, a expressão de informações por meio delas, certamente **privilegiam as percepções do descritor**. Elas impõem uma aparência de uniformidade que nem sempre reflete o caráter diverso dos próprios arquivos. Ao usar normas, aqueles que descrevem podem, às vezes, ser restringidos na expressão de seus verdadeiros objetivos, os quais

podem variar consideravelmente em diversos tipos de serviços e de arquivos. (COOK, 2007, p.130, grifo nosso).

O autor enfatiza a questão da percepção do usuário em relação às informações que ele procura em um arquivo e que são categorizadas por arquivistas, nem sempre da melhor maneira. Estas percepções nem sempre são buscadas pelos profissionais nos arquivos em que trabalham e, desta forma, aplicar normas pode não produzir os efeitos esperados, tornando o instrumento de pesquisa ininteligível aos usuários, além do desperdício de tempo e trabalho dos profissionais que elaboram o instrumento.

Muitos estudos promovem um movimento em direção à inclusão dos usuários no processo de descrição dos arquivos, visando uma eficiência e um entendimento maior por parte dos interessados. Conforme expõe Cook (2007, p.128): “[...] nós temos que descobrir como disseminar a contribuição do usuário, como incorporá-la aos instrumentos de pesquisa e como relacionar esses dados dentro das estruturas normativas.” Desta forma, entende-se que os usuários devem ser cada vez mais agentes participativos na construção de instrumentos de pesquisa, pois os mesmos serão os maiores beneficiados na busca pelas informações nos arquivos.

5.3 Considerações sobre a Hierarquia dos Instrumentos de Pesquisa

Como já foi mencionado na fundamentação teórica deste trabalho, existe um consenso sobre a hierarquia dos instrumentos de pesquisa. Para os diversos arquivistas no mundo todo, deve-se partir dos instrumentos de pesquisa mais abrangentes, ou seja, os guias que trazem um panorama geral sobre o fundo documental para, apenas posteriormente, passar aos mais detalhados (inventários e catálogos). Estas recomendações são ratificadas pelas normas internacionais dando grande ênfase aos níveis de descrição, aqui mencionados.

Percebeu-se também, que a literatura justifica tais recomendações levando em consideração a teoria do Princípio do Respeito aos Fundos ou da Proveniência, segundo o qual os documentos não podem perder sua origem, ou seja, devem ser

mantidos segundo sua fonte geradora. Este princípio demonstra que o contexto é muito importante para que a informação não seja perdida e reflete-se obrigatoriamente na construção dos instrumentos de pesquisa.

Partindo-se desta teoria, ao colocar em prática sua validade, percebe-se que muitos arquivos não têm a infraestrutura necessária para acatar as regras. A aplicação da hierarquia, por vezes, pode não trazer todo o benefício a que se propõe, pois pouco adiantará ao usuário visualizar nomes para fundos, séries, sub-séries apenas, sendo que o mesmo vem em busca de uma informação, muitas vezes vaga. Além disso, é importante destacar que os arquivos históricos custodiam documentos que têm guarda permanente, portanto, sua preservação é imprescindível. Evitar o manuseio dos documentos é uma tarefa complexa, mas que deve ser executada para que o documento tenha durabilidade. Os instrumentos de pesquisa mais detalhados como os catálogos podem proporcionar uma visão mais completa do documento em si, evitando o manuseio direto e conseqüentemente, preservando-o.

Assim, esbarra-se na particularidade do acervo novamente, no conhecimento do seu usuário/pesquisador como fator determinante para a boa aplicação da norma e obtenção dos resultados esperados: difusão da informação nos arquivos. Instrumentos de pesquisa precisam ser mais flexíveis também na sua hierarquia de forma a beneficiar o consulente. Segundo Cook (2007):

[...] apesar de todo o progresso que vem sendo feito nos últimos anos, os usuários ainda consideram, habitualmente, os instrumentos de pesquisa difíceis de serem compreendidos; e que neste campo a teoria e a prática tenderam a se desenvolver separadamente. [...] Os usuários que não tiveram treinamento nos sistemas sempre dizem que os instrumentos de pesquisa são difíceis, enquanto os arquivistas sempre concluem que precisam explicar o porquê de basear seus sistemas em **contexto e níveis**. (COOK, 2007, p.128, grifo nosso).

O autor observa que a problemática do uso estático das normas pode inviabilizar uma pesquisa, pois os usuários não têm a mesma compreensão que os arquivistas têm dos níveis de descrição, aparentemente. Desta forma, a adaptação das diversas regras e padrões pode ser a melhor maneira de tornar acessíveis as informações num arquivo e desenvolver todo o potencial do mesmo.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa teórica sobre o tema descrição arquivística encontra diversos autores e idéias sobre como melhor executá-la. Descobriu-se que a preocupação com esta atividade é muito mais antiga do que possa parecer e que a constante evolução ainda não cessou, tendo em vista a latente discussão sobre as normas de descrição arquivística. Sem dúvida, a elaboração destas normas tem um propósito muito positivo, demonstrando que há preocupação mundial por parte dos arquivistas em padronizar uma atividade imprescindível à manutenção dos arquivos, valorizando também a disciplina arquivística, antes relegada à técnica.

O que este trabalho pode demonstrar é que as realidades dos arquivos são muito complexas e particulares. Os arquivos são fontes únicas de conhecimento e refletem a instituição a qual estão ligados, por isso, seu caráter peculiar deve ser observado sempre. Para a descrição de arquivos não pode ser diferente, pois visa a boa gestão dos documentos. Sendo o usuário/pesquisador a finalidade a ser atingida pelos serviços de arquivo, ele deve ser levado em consideração para a obtenção dos resultados esperados. Se descrever documentos serve para colocá-los à disposição dos consulentes, deve-se procurar fazê-lo com a maior eficiência possível, aplicando normas de forma flexível.

Este trabalho não teve caráter inédito, pois diversas discussões já vêm ocorrendo no mundo todo sobre o tema. Entretanto, a prática ocorrida no estágio obrigatório no ano de 2009 suscitou dúvidas sobre a matéria, pois foram vivenciadas situações em que a teoria não resolveu alguns problemas. Talvez esta seja a maior problemática dos profissionais que ingressam na profissão com pouca ou nenhuma experiência: aplicar na prática o que têm de bagagem intelectual.

Por tudo isso, conclui-se que o estudo da descrição arquivística é muito válido e que a discussão não se encerra simplesmente. A troca de experiências poderia ser de grande ajuda aos profissionais, como forma de viabilizar as melhores práticas na área, tornando as regras mais adaptáveis e aplicáveis nos diversos arquivos.

REFERÊNCIAS

ABIB, Jamil Nassif. **Por uma política nacional de arquivos**. Disponível em: <<http://www.caarq.com.br/textoseartigos.html>>. Acesso em: 01 maio 2009.

BELLOTO, Heloísa. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8159.htm>>. Acesso em: 15 out. 2009.

BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 39-46, jan./dez. 2007.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre: levantamento documental e análise tipológica para a reestruturação do quadro de arranjo**. Porto Alegre: [s.n.], 2003.

CÓDIGO de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 1983.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. **Relatório do Sub-Comitê sobre os instrumentos de descrição: orientações para a preparação e apresentação de instrumentos de descrição**. Disponível em: <<http://iantt.pt>>. Acesso em: 10 ago. 2009

COOK, Michael. Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 125-132, jan./dez. 2007.

COUTURE, Carol. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999. 189 p.

COUTURE, Carol ; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

CUNNINGHAN, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 77-92, jan./dez. 2007.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 25-30 , jan./dez. 2007.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002. 60 p.

MULLER, S. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário e o uso da informação arquivística na WEB**. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/88.PDF>>. Acesso em: 08 nov 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, c1997. 225 p.

RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 2 v.

SARMENTO, Thaíse Monteiro. **Relatório de estágio obrigatório**: elaboração de catálogo para o acervo do arquivo histórico da cúria metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n.], 2009.

SASTRE SANTOS, Eutímio. **Manual de archivos**: el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales. Madrid: ANABAD, 1999.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. 396 p.

SIBILLE, Claire. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 93-112, jan./dez. 2007.

VERITATIS SPLENDOR. **Título III**: da organização interna das igrejas particulares. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/article/2331>>. Acesso em: 16 set. 2009.

ANEXOS

ANEXO 1

Informações Gerais do Quadro de Arranjo do AHCMPA

*Vanessa Gomes de Campos**

O Quadro de Arranjo do AHCMPA é composto por três fundos, a saber:

Fundo Comarcas/Vigaria (1747-1848): documentação administrativa referente ao período. Porém, é preciso levar em conta que alguns documentos não obedecem necessariamente à baliza cronológica (1853 – instalação do Bispado), por serem documentos que cumprem determinadas *funções*. O Fundo caracteriza-se por ser fechado. Trata-se de um Fundo que possui documentação variada e com séries incompletas, ratificando a inexistência e a perda de grande parte da memória institucional.

Fundo Bispado/Arcebispo (1848 aos dias atuais): destaca-se toda a documentação referente às decisões tomadas sobre a organização eclesial no território; os processos matrimoniais dos séculos XVIII e XIX de Porto Alegre e áreas adjacentes; a orientação pastoral etc.

Fundo Paróquias (1747 aos dias atuais): em especial, os registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos; documentos administrativos, maioria do século XIX; irmandades etc.

Estrutura dos Fundos

Cada Fundo está dividido em três Seções: Ensinar, Santificar e Governar. Essas Seções correspondem às funções da instituição determinadas pelo direito canônico e são chamadas de *múnus* (no plural, *munera*), ou seja, dever, ofício das autoridades jurisdicionais: *docendi* (ensinar), *santificandi* (santificar) e *regendi* (governar).

Cada Seção foi sucessivamente subdividida, a fim de chegar nas Séries documentais.

Ordenação

Adotou-se o sistema de cores para designar os Fundos. As cores adotadas foram:

- a) Vermelha: Fundo Comarcas/Vigarraria.
- b) Azul: Fundo Bispado/Arcebispado.
- c) Amarela: Fundo Paróquias.

Cada Seção é identificada por um numeral romano seguido de um traço. Assim sendo:

- a) Seção Ensinar: numeral I-
- b) Seção Santificar: numeral II-
- c) Seção Governar: numeral III-

Cada subdivisão da Seção é representada por um número arábico, seguido de ponto. Por exemplo: I-1.1

Caso exista mais de um código cumprindo a mesma atividade, ou seja, uma série com diversos volumes, a representação é: I-1.1/1; I-1.1/2 etc.

No caso do Fundo Paróquias, preferiu-se fazer uma divisão em Sub-fundos em vez de classificar cada paróquia como um fundo. Para ordená-las, já que a estrutura funcional segue o padrão determinado, optou por usar letras antes da Seção: CAT I-1. Dessa forma, temos a paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (Catedral de Porto Alegre) Seção Ensinar, Subseção Capítulos de Visita.

*** Arquivista e Historiadora do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - AHCMPA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

Tháise Monteiro Sarmiento

**Descrição Arquivística entre Normas e Práticas:
Contraponto entre a Teoria e a Realidade em um Arquivo Eclesiástico**

Porto Alegre

2009